

O número 1 do volume 36, de 2018, do Boletim de Geografia, contempla dez artigos que tratam de temas como território, migração, atividades produtivas, o Programa PIBID, e questões ambientais: riscos, impactos, gestão e unidades de paisagem. Os artigos abaixo elencados versam sobre: a fragmentação territorial no estado do Pará; a territorialização do cooperativismo agropecuário, sob o âmbito legal; os migrantes chineses no estado do Ceará; o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite no município de Ituiutaba/MG; os indicadores de análise regional dos ramos de atividades produtivas no estado do Tocantins; reflexões sobre as contribuições do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) na formação inicial de professores de Geografia; os conceitos de risco e vulnerabilidade nos estudos relacionados aos eventos extremos e suas repercussões socioespaciais; delimitação de unidades de paisagem no município de Paragominas, PA; os impactos ambientais negativos produzidos pela implantação de usinas eólicas; e sobre os instrumentos para as gestões territorial e ambiental em áreas de paisagens cársticas.

FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL: ANÁLISE DO PLEBISCITO DE DIVISÃO DO ESTADO DO PARÁ

Os autores analisam os aspectos necessários à fragmentação territorial e às peculiaridades envolvidas no plebiscito realizado no estado do Pará, no ano de 2011, para a criação de dois outros estados a partir da divisão de seu território, Carajás e Tapajós. A população negou a fragmentação do território paraense, em razão do desequilíbrio da localização geopolítica da população e a forma como foram conduzidas as campanhas a favor e contra a emancipação.

RISCO E VULNERABILIDADE SOCIOESPACIAL: O EXEMPLO DA BACIA Córrego DO VEADO EM PRESIDENTE PRUDENTE (SP)

O objetivo do artigo foi o emprego dos conceitos de risco e vulnerabilidade nos estudos relacionados aos eventos extremos e suas repercussões socioespaciais, a partir da análise do processo que levou à canalização de um curso d'água na Bacia do Córrego do Veado em Presidente Prudente (SP), e que nos dias de eventos extremos de precipitação têm as águas transbordadas, culminando em inundações e alagamentos em determinadas áreas, principalmente, nas imediações do Parque do Povo, área verde pública implantada sobre o curso canalizado. As modificações empregadas na canalização do córrego teriam sido influenciadas pelas políticas federais (reurbanização), e pela apropriação dos fundos de vale.

ATUAÇÕES DO PIBID NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA

Neste artigo as autoras apresentam reflexões a respeito das contribuições do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) na formação inicial de professores de Geografia, em especial ao Subprojeto intitulado “*O ensino da Geografia: da teoria à prática*”, desenvolvido junto ao Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – campus de Marechal Cândido Rondon-PR (MCR). Tanto professores em formação inicial como os alunos das escolas ganham com a parceria estabelecida entre Universidade e escolas, sobretudo pela aproximação de ambos os contextos educacionais, os quais agregam aperfeiçoamento e valorização ao aprendizado do trabalho docente e a formação dos alunos.

A CHINA QUE NINGUÉM VÊ: MIGRANTES CHINESES NO CENTRO COMERCIAL DAS CIDADES CEARENSES

No Ceará há investidores e trabalhadores de várias nacionalidades, entre eles, europeus, fronteiriços e asiáticos no qual estão inseridos os migrantes chineses. Eles chegaram ao Brasil a partir de 1810 e

se dedicaram a desenvolver atividades agrícolas; no século XX ampliaram suas atividades laborais em outros setores da economia, resultando em novas territorialidades na escala do território brasileiro, tais como, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Curitiba, Fortaleza, e cidades de porte médio como Juazeiro do Norte e Sobral (CE). O artigo versa sobre a migração chinesa nas cidades cearenses em foco, e sua articulação com as atividades econômicas ligadas aos circuitos da economia urbana.

DELIMITAÇÃO DE UNIDADES DE PAISAGEM: DO CONCEITO GEOSISTÊMICO AO MÉTODO APLICADO AO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS/PA

No trabalho, os autores determinaram unidades de paisagem a partir de uma Base de Dados que subsidiasse a análise geossistêmica. Foram delimitadas doze unidades de paisagem em Paragominas, sendo as três unidades mais representativas, os Platôs, as áreas de Fundos de Vale, e a Depressão do Rio Gurupi. Definidas as variáveis mais importantes que interferem na paisagem, é possível criar unidades de paisagem, que possibilitem o maior entendimento sobre a realidade e possibilite a gestão dos recursos naturais e favoreça o desenvolvimento local.

AS TRANSFORMAÇÕES RESULTANTES DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE EM ITUIUTABA/MG: O PRODUTOR LEITEIRO EM FOCO

O artigo trata da análise do desenvolvimento da cadeia produtiva do leite no município de Ituiutaba/MG, afim de compreender: a realidade vivenciada pelo produtor leiteiro, suas perspectivas e entraves na atualidade, as fases de evolução da pecuária leiteira no município, a importância das agroindústrias leiteiras instaladas nessa unidade territorial para o crescimento dessa atividade a partir da década de 1970, a atuação das indústrias no amparo e assistência aos produtores leiteiros, e o processo de organização/reorganização socioespacial de Ituiutaba, resultante desta cadeia produtiva.

DETERMINANTES DO PERFIL LOCACIONAL DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS NO ESTADO DO TOCANTINS

Foram tratadas nesse trabalho as estimativas e análises dos indicadores de análise regional dos ramos de atividades produtivas no estado do Tocantins entre 2000 e 2010, para o qual foi adotado o conceito de economia regional numa perspectiva sobre a teoria de localização dos setores produtivos. Entre os vinte e dois municípios analisados o ramo de atividades que mais emprega é a administração pública. Palmas, capital do estado, possui grande parte das indústrias de transformações, estas estão localizadas na BR-153, ou próximo ao seu acesso. Os principais ramos industriais são de origem da pecuária, como a carne bovina, e do processamento da soja, da cerâmica, do laticínio, de alimentos e de vestuários.

POLUIÇÃO SONORA: UM ESTUDO DE CASO DO PARQUE EÓLICO ASA BRANCA II, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PARAZINHO-RN

Um dos impactos ambientais negativos produzidos pela implantação de usinas eólicas, é a perturbação sonora. O presente artigo objetiva o monitoramento da qualidade sonora da área de implantação do Parque Eólico Asa Branca II, e sua repercussão nas comunidades de Santa Luiza e Lagoa de Vera Cruz, no Município de Parazinho/RN. Em praticamente todos os pontos os valores de ruído estiveram em desacordo com o previsto pela legislação e pela norma pertinente, embora, o ruído não tenha incomodado a população local.

A TERRITORIALIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO NO ÂMBITO LEGAL

As autoras discutem o papel do Estado na formação do cooperativismo agropecuário, a partir da análise das leis constitucionais, da Lei Geral do Cooperativismo, e do entendimento da implantação do cooperativismo empresarial, que deu origem às multicooperativas. Esses elementos formaram as tessituras do cooperativismo empresarial para mediar a modernização do campo, que, até então, era tido como a parte atrasada do território brasileiro. Decorre disto a agroindustrialização das cooperativas que se dividem entre os valores empresariais e os princípios cooperativistas.

INSTRUMENTOS PARA AS GESTÕES TERRITORIAL E AMBIENTAL NO BRASIL: A PROTEÇÃO DO CARSTE EM PERSPECTIVA

São analisados os instrumentos para as gestões territorial e ambiental que contemplem ações voltadas para as peculiaridades das paisagens cársticas. Dentre os instrumentos considerados, os planos diretores da Política Urbana se revelaram como os que mais abarcam medidas protetivas que convergem com as peculiaridades do carste. Os autores constataram não haver no cenário normativo ambiental atual, regulamentações específicas que contemplem as paisagens cársticas em sua perspectiva integral, totalizante, que regulamente os mais variados usos das áreas cársticas em atendimento aos interesses sociais e econômicos, frente as atividades desenvolvidas em superfície (exocarste), e em subsuperfície (endocarste). Mesmo havendo legislação brasileira pertinente às cavidades naturais que normatize o uso de elementos inerentes ao endocarste, esta não proíbe a instalação de atividades antrópicas altamente impactantes aos ambientes cársticos, incorrendo em danos irreversíveis.